

Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao período anterior

Os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao período de 19 de setembro de 2023 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

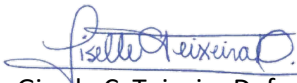
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
			(Não auditado)				
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.540	-	Fornecedores	7	49	-
Impostos a recuperar	5	69	-	Obrigações tributárias	8	13	-
Total dos ativos circulantes		<u>23.609</u>	<u>-</u>	Total dos passivos circulantes		<u>62</u>	<u>-</u>
NÃO CIRCULANTES				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	6	112	-	Capital Social	9	25.000	1
Total dos ativos não circulantes		<u>112</u>	<u>-</u>	Prejuízos acumulados	9	(1.341)	(1)
				Total do patrimônio líquido		<u>23.659</u>	<u>-</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>23.721</u>	<u>-</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>23.721</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E

PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	10	(1.993)	(1)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.993)	(1)
Receitas financeiras	11	686	-
Despesas financeiras	11	(34)	-
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.341)	(1)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		(1.341)	(1)
Prejuízos básico e diluído por lote de mil ações - em R\$		(0,0056)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO/PERÍODO	(1.341)	(1)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO/PERÍODO	<u>(1.341)</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social social subscrito</u>	<u>Capital social a integralizar</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 19 DE SETEMBRO DE 2023 (DATA DA CONSTITUIÇÃO) (Não auditado)				
Integralização de capital	1	-	-	1
Prejuízo do período	-	-	(1)	(1)
<hr/>				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Não auditado)	1	-	(1)	-
<hr/>				
Aumento de capital	240.000	(240.000)	-	-
Integralização de capital	-	25.000	-	25.000
Prejuízo do exercício	-	-	(1.341)	(1.341)
<hr/>				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	<u>240.000</u>	<u>(215.000)</u>	<u>(1.342)</u>	<u>23.659</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023 (Não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício/período		(1.341)	(1)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício/período com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>-</u>	<u>-</u>
		(1.341)	(1)
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:			
Tributos correntes a recuperar	5	(69)	-
Fornecedores	7	49	-
Obrigações tributárias	8	<u>13</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.348)</u>	<u>(1)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	6	<u>(112)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(112)</u>	<u>-</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aporte de capital	9	<u>25.000</u>	<u>1</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>25.000</u>	<u>1</u>
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u><u>23.540</u></u>	<u><u>-</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período (não auditado)		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período		23.540	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING 32 S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E
PERÍODO DE 19 DE SETEMBRO DE 2023 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (NÃO AUDITADO)
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A. (“IBH 32”, “Companhia” ou “Élis Energia”) foi fundada em 19 de setembro de 2023, com nova sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.510, Conj. 162, Vila Olímpia, São Paulo/SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia, bem como a natureza de suas operações, são a construção e operação de usinas geradoras de energia solar enquadradas como Geração Distribuída. A companhia tem como controladora direta a Infraestrutura Brasil Holding 31 S.A. e controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Situação financeira

A Companhia se encontra em fase de desenvolvimento, portanto, substancialmente pré-operacional, apresentando capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2024 R\$23.547.

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais da Companhia.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), as quais compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras a expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o real.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

2.4. Impostos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Na Infraestrutura Brasil Holding 32 S.A., o imposto corrente se baseia no lucro real do período. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do período

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.5. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos (exceto terrenos e construções em andamento) deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil, pelo método linear, conforme segue:

- Usinas em operação: média de 4% ao ano.

A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a Companhia espera exercer uma opção de compra deste ativo, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil ativo.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista e formam parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Esses saldos bancários a descoberto são apresentados como empréstimos de curto prazo no balanço patrimonial.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a vida útil do ativo imobilizado, redução ao valor recuperável destes ativos e provisão para riscos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

3.1. Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture".	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante.	01/01/2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com "Covenants".	01/01/2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores.	01/01/2024
CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".	01/01/2024

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

3.2. Revisadas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Falta de conversibilidade.	01/01/2025

3.3. Emitidas e não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.	01/01/2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima e pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Caixa e equivalentes	1	-
Aplicações financeiras (i)	<u>23.539</u>	-
Total	<u><u>23.540</u></u>	<u><u>-</u></u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a títulos aplicados no Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
IRRF - Aplicações financeiras	<u>69</u>	-
	<u><u>69</u></u>	<u><u>-</u></u>

6. IMOBILIZADO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Usinas em construção (i)	112	-
Total	<u>112</u>	<u>-</u>

(i) O imobilizado operacional em construção inclui: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia e despesas de viagens. São custos realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

6.1. Movimentação do Imobilizado

<u>Bens</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2024</u>
Usinas em construção	-	112	-	-	112
Total	<u>-</u>	<u>112</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>112</u>

7. FORNECEDORES

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Fornecedores nacionais	49	-
Total	<u>49</u>	<u>-</u>

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
ISS, PIS e COFINS a pagar	10	-
Impostos retidos de terceiros	3	-
Total	<u>13</u>	<u>-</u>

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui capital social registrado no valor de R\$240.000, composto por 240.000 ações ordinárias nominativas, 100% subscritadas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding 31 S A , sendo parcialmente integralizado em R\$25.000 em 31 de dezembro de 2024.

b) Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício/período aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício/período	(1.341)	(1)
Quantidade de Ações	<u>240.000</u>	<u>-</u>
Prejuízos básico e diluído por ação	<u>(0,0056)</u>	<u>-</u>

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Despesas com viagens e estadias	(5)	-
Serviços de terceiros	(1.987)	-
Outras despesas	(1)	(1)
Total	<u>(1.993)</u>	<u>(1)</u>

11. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	686	-
Receitas financeiras Total	<u>686</u>	<u>-</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
PIS/COFINS sob receita financeira	(32)	-
IOF	(2)	-
Despesas financeiras Total	<u>(34)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro	<u>652</u>	<u>-</u>

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2024, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A alíquota do Imposto de Renda é de 15% com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder 240. A Contribuição Social é calculada sobre o lucro ajustado na forma legal, à alíquota de 9%.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u> (Não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.341)	-
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL	(456)	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	(456)	-
Despesas de IRPJ e CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(i) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

(ii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados em função das variações do CDI e IPCA.

Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	31/12/2024				
			Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	23.540	12,15%	9,1%	15,2%	6,1%	18,2%
	CDI		2.860,1	2.145,1	3.575,1	1.430,1	4.290,2

14. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Companhia, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

No período não existem processos classificados como possíveis ou prováveis nas esferas cíveis, trabalhista e tributária que requeiram divulgação.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2025, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública pelo Rito de Registro Automático de Distribuição, no montante total de R\$235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais). Os recursos captados serão utilizados para aquisição pela Companhia de 100% da participação acionária de sociedades de propósito específico ("SPEs") a serem adquiridas por meio de contrato de compra e venda de participação. A remuneração das debêntures é por meio da variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI acrescida de um spread de 1,70% a.a., com prazo de 24 meses. A Companhia também deverá pagar ao banco coordenador, conforme aplicável:

- Comissão de disponibilidade: 1,00% a.a.
- Comissão de Escrituração: 0,70% "flat" incidente sobre o valor total da emissão.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os administradores da Companhia declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as informações contidas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) todas as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, e apenas elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na sua gestão. Portanto, em 15 de abril de 2025 foi aprovada a emissão das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.
